Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Carvalho, Maria Irene Lopes Bogalho de, 1965-
Vicente, Maria do Rosário
Silva, Rosa
Garcia, Sónia

Actuação do assistente social promotora de cidadania na transição pós-moderna

http://hdl.handle.net/11067/3999

Metadados

Data de Publicação 1996

Resumo E neste cenário, e enquanto profissionais inseridos no campo das ciências sociais que urge questionarmo-nos sobre o que realmente esta a acontecer. Ao faze- lo, não podemos assumir uma atitude passiva de fim de século, mas sim usar o nosso corpus de saber especifico onde se inserem problemáticas, teorias, conceitos, que apontam linhas de fundo para a nova ordem sócio-económica, e os instrumentos que nos possibilitarão uma tomada de posição. Esta constatação aliada a paixão pela defesa dos direit...

Palavras Chave Assistentes sociais - Prática profissional, Cidadania

Tipo article

Revisão de Pares no

Coleções [ULL-ISSSL] IS, n. 13-14 (1996)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-25T14:00:03Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

ACTUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL PROMOTORA DE CIDADANIA NA TRANSIÇÃO PÓS-MODERNA [1]

M.ª Irene Carvalho
M.ª Rosário Vicente
Rosa Silva
Sónia Garcia

INTRODUÇÃO

"*A única coisa de que podemos ter a certeza é de que o mundo que vai nascer do actual rearranjo dos valores, das crenças, das estruturas sociais e económicas, dos conceitos e sistemas políticos, na realidade das diversas perspectivas, será diferente de tudo aquilo que actualmente imaginamos*".[2]

É neste cenário, e enquanto profissionais inseridos no campo das ciências sociais que urge questionarmo-nos sobre o que realmente está a acontecer. Ao fazê-lo, não podemos assumir uma atitude passiva de fim de século, mas sim usar o nosso *corpus* de saber específico [3] onde se inserem problemáticas, teorias, conceitos, que apontam linhas de fundo para a nova ordem sócio-económica, e os instrumentos que nos possibilitarão uma tomada de posição. Esta constatação aliada à paixão pela defesa dos direitos humanos e da cidadania orientaram um trabalho mais vasto de investigação sobre o Serviço Social e Cidadania na transição Pós-Moderna, tendo como objectivo responder à questão se como futuros Assistentes Sociais seremos capazes de dar uma resposta colaborante na sua construção e efectivação.

---

[1] Prémio de Mérito Honorato Rosa — ISSS, 1996 baseado em trabalho final de Investigação em Serviço Social apresentado no ano lectivo 1994/95.

[2] Peter F. Drucker, *Sociedade pós-capitalista*, Lisboa, Difusão Cultural, 1993, p. 10

[3] Cf., Pirre Bourdieu, *O Poder Simbólico*, Difel, 1989.

O artigo agora apresentado é uma súmula da investigação e encontra-se dividido em três partes. A primeira análisa os conceitos de cidadania, modernidade e pós-modernidade, prosseguindo com uma abordagem da cidadania enquanto projecto da modernidade e pós-modernidade, nas suas vertentes, cívica, social, cultural e ecológica. A segunda situa o serviço social na modernidade, propondo um modelo de actuação promotor de cidadania enquadrado na pós-modernidade, com as suas componentes: cultura profissional, capital cultural e ideológico e autonomia. A terceira parte diz respeito ao resultado do confronto empírico do modelo elaborado com a realidade social dos Assistentes Sociais, ou seja é a descrição da cultura profissional, do capital cultural e ideológico e autonomia dos profissionais de Serviço Social sócios da A.P.S.S. (Associação de Profissionais de Serviço Social) que trabalham na área Metropolitana de Lisboa, tendo como referência o modelo elaborado.

1 — CIDADANIA, MODERNIDADE E PÓS MODERNIDADE

A abordagem da cidadania na modernidade e pós-modernidade exige, antes de mais, uma precisão conceptual. Modernidade entende-se enquanto paradigma sócio-cultural emergente entre os séculos XVI a XVIII, que se institucionaliza nos finais do séc. XVIII, princípios do séc. XIX, a par com o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais. Este projecto societário, radicalmente diferente do anterior (antiguidade/idade média) encontra a sua explicação e especificidade não na lógica de produção capitalista, mas numa revolução sócio-cultural mais ampla iniciada com o Renascimento/Humanismo e com a ascensão do mercantilismo (séc. XVI, XVII) que lançou as bases da economia capitalista mundial (integrada por relações comerciais e industriais (bem como de uma nova reflexividade onde a certeza da lei divina foi substituída pela certeza da razão e da observação empírica).

A modernidade marca a passagem de regimes absolutistas para o Estado-nação e Estado democrático; de uma economia rural, para um capitalismo individual e liberal, de uma racionalidade divina para uma outra positivista. A modernidade consubstancia-se no positivismo e iluminismo, concretizando-se e desenvolvendo-se no capitalismo e industrialismo.

Para Giddens a modernidade assenta em quatro dimensões institucionais: capitalismo, industrialismo, vigilância e poder militar. O capitalismo diz respeito à acumulação de capital no contexto de mercados concorrenciais de trabalho e bens. O industrialismo significa a transformação da natureza, ou seja, desenvolvimento do ambiente produzido. A vigilância refere-se ao controle da informação e supervi-

são social enquanto que o poder militar se caracteriza pelo controle dos meios de violência no contexto da industrialização da guerra.

Boaventura de Sousa Santos define a modernidade enquanto projecto sócio-cultural, caracterizado pelo desiquilíbrio entre duas dimensões deste conceito: um excesso de regulação e um déficite de emancipação. A cada dimensão corresponde um princípio: do Estado, do mercado e da comunidade no pilar da regulação; e por três racionalidades: estético-expressiva da arte e literatura, moral-prática da ética e do direito e cognitivo-instrumental da ciência e da técnica (orientar a vida prática dos cidadãos). Tanto as dimensões como os respectivos princípios, sofrem cruzamentos. «A racionalidade estético-expressiva articula-se privilegiadamente com o princípio da comunidade, porque é nela que se condensam as ideias de identidade e de comunhão (...) A racionalidade moral-prática liga-se preferencialmente ao princípio do Estado, (pois a este(compete definir e fazer cumprir um mínimo ético para o que é dotado do monopólio da produção e da distribuição do direito (...) a racionalidade cognitivo-instrumental tem uma correspondência específica com o princípio do mercado, não só porque nele se condensam as ideias da individualidade e da concorrência (...) como também porque já no século XVIII são visíveis os sinais da conversão da ciência numa força produtiva»[4]. O desiquilíbrio apontado caracteriza-se pela tendência determinadora de cada pilar, quer seja o determinismo de Estado, de mercado ou de comunidade; no caso do pilar da emancipação, a esteticização, a juridificação ou a cientificização da realidade social.

Para Touraine a modernidade define-se «precisamente [por esta] separação crescente entre o mundo objectivo, criado pela razão de acordo com as leis da natureza e o mundo da subjectividade, que é, antes de mais, o do individualismo ou, mais precisamente, o de um apelo à liberdade pessoal? A modernidade destruiu o mundo sagrado, simultâneamente natural e divino, transparente à razão e obra de criação. Não o substituiu pelo mundo da razão e da secularização, remetendo os fins últimos para um mundo que o homem não seria capaz de alcançar, mas impôs a separação entre um sujeito que desceu do céu sobre a terra, humanizado, e o mundo dos objectos, manipulados pelas técnicas. Substituiu a unidade de um mundo criado pela vontade divina, pela Razão ou pela História, pela dualidade da racionalização e da subjectivação. [Modernidade deve ser redefinida] «como a relação, carregada de tensões, entre a razão e o sujeito, a racionalização e a subjectivação, o espírito do Renascimento e o da Reforma, a ciência e a liberdade.»[5]

---

[4] Boaventura de Sousa Santos, *Pela Mão de Alice, O Social e o Político na Pós-Modernidade,* Ed. Afrontamento, 3.ª ed. 1994, p. 7.

[5] Alain Touraine, *Crítica da Modernidade,* Lisboa, Instituto Piaget, 1994, p. 13.

E o que se entende por Pós-Modernidade? Este termo suscita alguma polémica por parte dos cientistas sociais. Há autores que defendem que vivemos actualmente numa sociedade pós-moderna, como é o caso de Lyotard. Enquanto outros são de opinião de que não se esgotaram ainda todas as dimensões da modernidade, como por exemplo Habermas e Boaventura Sousa Santos. No nosso estudo privilegiámos o autor português, que considera que a pós-modernidade não é o termo mais adequado para indicar a superação do paradigma cultural da modernidade, nem mesmo o perfil do novo paradigma que se avizinha, e que nas sociedades centrais se pode já vislumbrar. «Mas, à falta de melhor, é um nome autêntico na sua inadequação.»[6]

Para o autor a pós-modernidade deve ser um momento inquietante ou de oposição, que rompa com as características reguladoras da modernidade que se vislumbram actualmente. Uma pós-modernidade de emancipação que vê novamente o princípio da comunidade a ocupar a sua centralidade na vida social. Ou seja, uma pós-modernidade de ideologia não individualista, mas holística; de uma moral não linear, mas dialógica (onde novos valores são experimentados e assumidos numa relação de diálogo intersubjectivo); uma pós-modernidade de valores pós-materialistas, de dignidade e autonomia do indivíduo, de integridade das condições físicas da vida, igualdade e participação, e formas de organização social pacíficas e solidárias. Sobressai a reflexividade constitutiva e total que se opõe à visão fragmentada, compartimentada da realidade social (quer seja no tocante ao discurso científico, quer seja no do senso comum). Esta reflexividade será a mais valia, a força de domínio da sociedade pós-moderna. No entanto, nesta época torna-se mais visível a territorialização e reparticularização das práticas sociais, precisamente como necessidade de recuperar uma identidade, solidariedade perdidas; entretanto, abafadas pela solidariedade mecânica e pelos excessos do capitalismo: consumismo, narcisismo, hedonismo, passividade...

Renascem as comunidades locais, necessárias não só ao novo equilíbrio político, devido ao velho modelo do Estado-nação, que sucumbe aos transnacionalismos e regionalismos políticos e económicos (evapora-se a posição central do Ocidente), como também aos grupos que vêem as suas legitimidades ameaçadas. Mas o Estado subsiste, já não enquanto protector, entidade central, mas enquanto uma organização ao lado de tantas outras. As suas estruturas institucionais descentralizam-se, e as necessidades serão respondidas numa divisão entre este e as entidades privadas. Da globalização societária e planetária irrompe com nova força e pertinência o localismo e o regionalismo. A ciência pós-moderna, demarca-se por um novo corte epistemológico. Reconhece que é uma entre tantas outras formas de conhecer a reali-

[6] Boaventura de Sousa Santos, *op.cit.*, p. 70.

dade, que é um conhecimento retórico e não intemporal, de cariz ético e que embora sendo horizontal porque permeável a outros conhecimentos, não despreza o senso comum, ultrapassa-o.

E por Cidadania? Marshall no seu livro *Citizenship and Social Class,* foi o primeiro autor a teorizar a questão da cidadania. Ainda hoje a sua teoria constitui um marco importante, para aqueles que a querem estudar. O autor explica a natureza da cidadania na Inglaterra do pós-guerra, tendo esta surgido no moderno Estado-nação e no contexto da evolução histórica da sociedade capitalista. A sua caracterização assenta na relação entre cidadania e classe social. Cidadania é considerada como um status adstrito à condição de pleno membro de uma comunidade. O indivíduo que possui o referido status goza de igualdade no que concerne aos direitos e deveres que lhes estão associados. Cidadania é o desenvolvimento dos direitos cívicos, políticos e sociais.[7]

Por sua vez Bryan Turner aborda a cidadania através dos movimentos sociais. O desenvolvimento histórico dos direitos de cidadania resultaria dos movimentos sociais. «Turner (...) diz que houve quatro "ondas" (...) no desenvolvimento da cidadania moderna: a primeira teve como consequência a remoção da propriedade da definição de cidadão; a segunda removeu o sexo; a terceira onda redefiniu a importância dos laços etários e familiares para os direitos de cidadania; e uma quarta onda (...) alarga a cidadania atribuindo direitos à natureza e ao meio ambiente.» [8]

Touraine foca a cidadania através da abordagem político-democrática. A qual consiste na consciência de pertença a uma sociedade política, e na vontade de participar na vida democrática. «Ser cidadão, é sentir-se responsável pelo bom funcionamento das instituições que respeitam os direitos do homem e permitem uma representação das ideias e dos interesses.» [9]

Finalmente consideramos a cidadania um processo dinâmico pela obtenção de oportunidades de participação, pelo exercício, ampliação e reestruturação dos direitos clássicos de cidadania (cívicos, políticos, sociais); e pela criação de novos direitos (ambientais, regionais, culturais, ...). Percepcionamo-la, neste prisma, como nova cidadania, por resultar do conjunto constituído pela cidadania clássica e pela cidadania colectiva (novos direitos, oportunidade de participação e ressurgimento do colectivo).

---

[7] J. M. Barbalet, *A Cidadania,* Lisboa, Edição Estampa, 1989, p. 18.

[8] J. M. Barbalet, *op. cit.,* p. 156.

[9] Alain Touraine, *op. cit.,* pp. 391-92.

1.2 — POR UMA NOVA CIDADANIA

A pós-modernidade é uma época de transição, constatando-se uma viragem de superação das dimensões institucionais dos princípios da modernidade: estado, mercado, comunidade, racionalidade. Neste quadro de análise, entendemos a cidadania pós-moderna enquanto processo emancipatório do excesso de regulação do paradigma sócio-cultural da época moderna.

A luta por uma nova cidadania começa a delinear-se nos anos 60, quando se verifica a falência do modelo social e político do Estado-providência, e o surgimento do movimento estudantil e operário. Segundo Touraine [10] a crise de Maio de 1968, em França, marca não o triunfo ou o renascimento do movimento operário, mas antes a sua extinção. O que renascia era a centralidade dos conflitos, a importância das imagens, e a construção dinâmica dos actores sociais, estilhaçando as visões consensualistas e as teses da despolitização ou da desideologização das sociedades.

A cidadania pós-moderna que subescrevemos é pois, emancipatória. Não é apenas política, mas também pessoal, social e cultural, sendo alcançada não só através das lutas, dos NMS (novos movimentos sociais), mas também pela «lógica da cidadania».[11] Significa que uma vez conquistados os direitos cívicos surgiram a seu tempo outros tipos de direitos de cidadania, ou seja, consubstanciados os direitos cívicos e políticos, a lógica do funcionamento institucional da democracia permitiu o surgimento de outros direitos como os sociais, económicos, ambientais.

Preconiza uma nova concepção de direitos humanos, já não resignada com a mera promulgação, mas cada vez mais atenta «às práticas quotidianas em que se satisfazem efectivamente as necessidades básicas, não só as necessidades materiais, mas também as afectivas e expressivas; aquelas cuja satisfação nos confere um sentido e um lugar no mundo, num mundo de cidadãos.» [12] Esta nova cidadania inclui, para além dos direitos clássicos, novos direitos que Boaventura designa de terceira geração — direitos culturais (a paz, o anti-racismo, o ambiente, o património); estes são direitos mais expressivos e simbólicos que se materializam numa nova qualidade de vida.

---

[10] Touraine citado por João Freire, *Sociologia do Trabalho — Uma introdução,* Porto, Edições Afrontamento, 1993, p. 322.

[11] Juan Mozzicafredo, «Cidadania e Estado Providência», in *AAVV, actas do II Congresso Português de Sociologia,* Vol. II Lisboa Ed. Framentos e Associação Portuguesa de Sociologia, 1992, p. 674.

[12] Boaventura Sousa Santos, *Os Direitos Humanos na Pós-Modernidade,* Coimbra, Oficina do C.E.S, n.º 10, Junho 1989, p. 13.

Ao nível da jurisdição, a nova cidadania defende formas político-jurídicas que incentivem a autonomia, combatam a dependência burocrática, personalizem as competências inter-pesssoais e colectivas; para além de as personalizar, torna-se também necessário localizá-las. A nova legalidade não pode portanto, ser abstracto--homogénea, ela deve estar atenta às novas formas de exclusão social baseadas no saber, sexo, raça, qualidade de vida e no consumo. Uma nova legalidade exige também um novo modelo democrático e de Estado. Exige assim, uma nova democracia contrária à representativa, ou seja, oposta à distância, diferenciação entre representantes e representados, e à redução da participação política ao mero exercício do voto. Urge a construção de uma democracia participativa, que dependa de uma nova consciência política, concretizável no nível de informação, de críticidade e participação de cada cidadão. Assim, esboçam-se no sector público novas estruturas institucionais, descentralizadas, menos hierárquicas e burocratizadas, mais permeáveis à participação dos indivíduos. Neste âmbito, os NMS — Novos Movimentos Sociais — são o exemplo da luta por uma democracia participativa. Visam não só a criação de novos direitos, mas também a expansão dos já proclamados (ex.: movimento ecologista, pacifista, de minorias étnicas, etc.).

A nova cidadania será resultado da politização da prática social, dos NMS, de novas estruturas institucionais e democráticas; de novas racionalidades que revalorizam o princípio da comunidade e que colocam a descoberto o carácter heterogéneo da sociedade. Cidadania hoje, implica pôr a descoberto o hiato existente entre promulgação e efectivação dos direitos já consquistados. Esta é uma clarificação que possui uma vertente de superação, ou seja, que torne possível o ultrapassar desta situação pela consciência crítica e participação activa dos indivíduos. A nova cidadania «tanto se constitui na obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado, como na obrigação política horizontal entre cidadãos.» [13]

2 — SERVIÇO SOCIAL: UMA "INVENÇÃO" DA MODERNIDADE

O período entre o século XVI e o final do século XIX é chamado por Hobsbwm [14] a era das revoluções, Revolução Francesa (política) e Revolução Industrial (científico-técnica). Este também chamado período do Capitalismo Liberal,[15] caracteriza-

[13] Boaventura Sousa Santos, *op. cit.*, p. 239.

[14] Ernesto Fernandes, «Os Direitos Humanos e Práticas Sociais — Uma leitura sócio-histórica», *Revista do Serviço Social*, número especial, Abril 1995, pp. 17-23.

[15] Boaventura Sousa Santos, *op. cit.*, p. 73.

-se por uma série de alterações e transformações que se operam em todos os domínios da sociedade. A Revolução Francesa (1789) é o modelo das revoluções burguesas (Inglaterra e E.U.A.), através das quais se consolida jurídicamente, o Estado liberal burguês com as suas instituições jurídicas, políticas, culturais e sociais (direitos cívicos). A neutralidade do Estado é o requerimento mais evidente da nova ordem política. A função do Estado limita-se à formulação "Laisser Faire, Laisser Passer", e a sua missão é a de preservar a ordem, proteger a propriedade, a vida, a integridade física e moral dos cidadãos. Estas ideias constituem o pilar do Estado liberal burguês, reduzindo-o à mera função de polícia.

Por outro lado, a Revolução científico-técnica constitui o factor mais importante na aceleração da mudança histórica, uma vez que as tranformações técnicas irão incidir directamente nos principais factores económicos: trabalho, produção e relações entre os meios e a força de trabalho. Produz-se uma clara divisão entre os que possuem os meios de produção — burgucsia — e os que detêm a força de trabalho — operários. A Revolução Francesa e Industrial são geradoras de transformações aceleradas em todos os domínios da vida e das relações sociais, gerando uma série de desigualdades e de desiquílibrios sociais, aos quais foi chamado a questão social ou proletária. As sociedades centradas na ordem da caridade «são confrontadas com uma mutação de valores (...) (que perconizam uma nova ordem) da justiça baseada na virtude laica da beneficência como divisa da fraternidade para substituir a caridade» [16]. É nesta conjuntura que surge o Serviço Social, como forma de dar resposta às contradições do modo de produção capitalista (questão social). Aquando da sua emergência tem subjacente estes dois modelos: o da caridade, de influência religiosa; e o da justiça, de influência liberal-filantrópica.

No último quartel do século XIX, no período do capitalismo organizado, a questão social agudiza-se, com a geração de maiores desigualdades. Os trabalhadores eram cada vez mais pobres e os capitalistas cada vez mais ricos e monopolistas. Surgem então vários tipos de respostas que pretendem fazer face à questão social. O movimento operário luta por uma sociedade mais igualitária, por um maior protagonismo dos trabalhadores na vida pública. Estes associam-se em mutualidades, cooperativas e sindicatos. No final do século os trabalhadores dividiam-se entre uma sociedade mais justa — igualdade — ou uma sociedade mais livre — liberdade. Deste dilema emergiu uma nova ideologia — a social democracia — cuja base eram as reformas sociais dentro da sociedade burguesa-liberal, visando a igualdade de oportunidades. A Igreja por sua vez toma também posição perante a questão social, com a encíclica Rerum Novarum, onde denuncia a pobreza dos trabalha-

[16] Ernesto Fernandes, *op. cit.*, p. 18.

dores, defendendo a intervenção do Estado, por forma a criar medidas que protegessem os trabalhadores.

É nesta conjuntura da modernidade que o Serviço Social emerge como profissão. Eram necessários trabalhadores especializados para dar resposta aos problemas dos operários e das suas famílias. São então criadas as primeiras escolas de Serviço Social. Este contexto marcou o sentido e orientação do Serviço Social, baseando-se mais nos princípios da Doutrina Social da Igreja (caridade), do que num posicionamento crítico, face à realidade social. Neste primeiro momento do desenvolvimento do Serviço Social privilegiava-se mais a vocação, as qualidades pessoais e a disposição para servir. Com a crescente afirmação do Serviço Social na sociedade, tornou-se necessário acrescentar às habilidades morais e pessoais, a formação técnica e científica para o adequado exercício da prática profissional.

Com o Estado de Bem Estar dá-se um passo em frente no sentido da profissionalização do Serviço Social; este deixa de ser perspectivado como uma actividade organizada com o intuito de bem fazer, passando a ser uma forma de actuação social requerida pela sociedade no quadro das políticas sociais. O Serviço Social deixa de encarar os problemas a um nível individual, onde a actuação que se perspectivava não ía além da família (situação familiar do indivíduo em causa), para intervir tanto a nível micro como macro.

O final dos anos 60 — no período do Capitalismo desorganizado [17] — é marcado por tensões sociais e novos conflitos. A nível da profissão esta década marca o início da busca de uma nova legitimidade para o Serviço Social. O movimento de reconceptualização emerge, de facto, com as teorias neomarxistas que influenciaram este período. A dimensão política da prática profissional ganha um novo entendimento: não se limita apenas aos organismos estatais, adquirindo uma dimensão universal e inerente à sua actuação, de forma a ser mais consciente e crítica. Esta noção potencializa uma visão mais ampla do ser humano enquanto cidadão inserido na sociedade. De realçar que na sua vertente mais radical (América Latina) o movimento de reconceptualização defendia a desinstitucionalização do Serviço Social, sendo este legitimado apenas pela população-objecto de intervenção. Deste modo, se no seu aparecimento o Serviço Social foi legitimado pela classe burguesa e posteriormente pelo Estado, no movimento de reconceptualização é legitimado pela população. Hoje em dia a legitimação continua a ser uma questão pertinente, que não se coloca apenas ao Serviço Social, mas também a outras profissões inseridas nas ciências sociais; ou seja, conseguir o equilíbrio entre a legitimidade que lhe

[17] Boaventura Sousa Santos, *op. cit.*, p. 79.

advém do âmbito institucional e dos que são alvo da sua actuação, é uma meta a alcançar.

Embora o Serviço Social apresente ainda hoje uma pesada herança histórica de "assistencialismo/humanismo e de pragmatismo/imediatista" [18], torna-se urgente reequacioná-lo nos planos teórico-metodológico, técnico, relacional e cultural, para que possa, face à complexidade da sociedade pós-moderna que se vislumbra, ter o seu lugar ao lado das outras profissões do âmbito das ciências sociais, enquanto técnico especializado para a intervenção social. O Serviço Social define-se hoje como uma prática social, isto é, desenrola-se na sociedade e produz efeitos sociais, com uma competência especialista ou técnica, de onde lhe advém uma autonomia de critérios e simultâneamente uma responsabilidade social.

2.1 — ACTUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL PROMOTORA DE CIDADANIA

Inegavelmente Serviço Social/Cidadania constituem-se enquanto relação historicamente legitimada, onde a institucionalização/profissionalização do Serviço Social acompanha o processo de expansão da cidadania — de direitos cívicos e políticos para direitos sociais.

Neste final de século é de novo a história, com a complexidade do momento de transição onde nos situamos, que obriga a um reposicionamento desta relação, no Serviço Social. De facto, a par da consensual proclamação dos direitos de cidadania, sobressai com agudeza o déficit de efectivação dos mesmos; e uma nova consciência e lutas sociais pelos direitos já conquistados e por novos direitos. Esta conflitualidade/ambiguidade — proclamação/efectivação — revela-se, também no quotidiano dos assistentes sociais.

Assim, a actuação profissional que defendemos é também ela emancipadora, à semelhança da pós-modernidade e cidadania descritas. Esta actuação não constitui a cidadania, mas pode contribuir para a efectivação da mesma; ou seja, é uma actuação de posicionamento crítico face aos excessos da modernidade, que possui, como diz Weisshaupt [19] um objecto da prática, «constituído pelas falhas de institucionalização das relações sociais»; e um objecto institucional; — « aquilo sobre o qual

[18] Maria Augusta Negreiros, *As Representações Sociais da Profissão de Serviço Social*, Lisboa, Instituto Superior de Serviço Social, 1995, p. 87.

[19] Weissaupt, Jean R., *As Funções Sócio-Institucionais do Serviço Social*, S. Paulo, 1985, p. 70.

poderá reivindicar o monopólio da legitimidade profissional», este último caracterizado pelo estabelecimento da cidadania efectiva da população.

Actuação entendemo-la pois, enquanto actuação profissional, ou seja, conjunto de intervenções levadas a cabo pelo assistente social que se traduzem no exercício de competências e atribuições de âmbito institucional; o que não exclui igualmente novos campos de actuação para o serviço social (nomeadamente enquanto profissão independente). Na sociedade portuguesa a actuação profissional enquadra-se primordialmente a nível institucional, o que faz do Serviço Social uma profissão técnico-assalariada. De facto, a acção profissional devido ao seu carácter institucional e maioritariamente de prestação de serviços, move-se na complexidade e na contraditoriedade. «É neste espaço complexo e contraditório que se move a acção profissional. Evidentemente o assistente social (como qualquer outro profissional), no contexto institucional, não goza de absoluta autonomia na definição da forma e dos rumos que irá imprimir ao seu trabalho. O assistente social, quando não está em postos de mando, é aliado, na maioria das vezes, das decisões técnicas e políticas que repercutem directamente na sua actividade. No entanto, há, sem dúvida, uma relativa margem de manobra que pode e deve ser utilizada no seu trabalho, com competência técnica e objectivos. Assim como o Estado e as instituições não são homogéneas e monolíticas, a prática do serviço social também não é linear e impermeável às contradições que operam no seu interior, criando condições objectivas para tentativas de mudanças criativas e politicamente comprometidas com os interesses [dos cidadãos]» [20]

Inserção institucional não constiui pois, factor negativo para uma actuação promotora de cidadania. Se relacionarmos a afirmação de Raquel Raichelis com a análise que Alain Touraine [21] faz da «sociedade programada» da pós-modernidade, depressa nos aperceberemos, que a nossa posição de — assistentes sociais — na nova divisão de classes, enquanto profissão técnico-assalariada, não é em nada desfavorável à trajectória da cidadania. A questão reside em "merecermos" e preservarmos tal estatuto.

Antevendo uma sociedade onde o lugar na estrutura social e o acesso aos lugares de domínio se fazem através do uso de novos meios de poder, o conhecimento e a informação, o autor coloca a dualidade entre classes dominantes e classes dominadas. No grupo dos dominantes encontram-se os tecnocratas (decisão política), burocratas (grandes organizações públicas e privadas), e os racionalizadores (passam para a execução técnica a racionalidade societária). No grupo oposto, os domi-

[20] Raquel Raichelis, *Legitimidade Popular e Poder Público,* S. Paulo, Cortez Editora, pp. 155-156.
[21] João Freire, *op. cit.*, pp. 331-332.

nados, são formados pelos dirigidos em geral, os empregados administrativos e os operadores dos sistemas técnicos de pura execução. Para além da estratificação de classe referida (grupo dos dominantes e dos dominados), há também lugar para os "independentes" (especialistas e peritos altamente qualificados), e para os núcleos de resistência às classes dominantes. Estes núcleos «aliam um nível suficiente de recursos de conhecimento e informação, geral e especializado, a determinadas condições de socialização da actividade, de construção de identidades psicológicas e simbólicas de elaboração de estratégias colectivas. É o caso das profissões científico-técnicas assalariadas, dos estudantes do ensino superior, dos investigadores e técnicos dos laboratórios, gabinetes de estudo e outras "fábricas de conhecimento"» [22]; e é aqui que nos situamos.

Ficou explícito que numa sociedade pós-moderna ou «programada» como lhe chama Touraine, a cidadania efectiva da população está ligada, ou passa pela qualificação dos interventores sociais e portanto também dos assistentes sociais. A qualificação é um conjunto complexo de saber-fazer, de competências, que podem ser adquiridas tanto pela experiência como pela formação, ou melhor ainda, por estes dois vectores indiscutivelmente associados. Por outro lado, a qualificação diz também respeito aos relacionamentos sociais; devendo a sua abordagem ser não só técnica, mas também sócio-política.

Na verdade, Boaventura Sousa Santos afirma verificar-se, no dualismo educação-trabalho, um certo retorno ao «generalismo enquanto formação não profissional para um desempenho pluriprofissionalizado.» [23]

«Face às incertezas do mercado de trabalho e à volatilidade das formações profissionais que ele reclama, considera-se que é cada vez mais importante fornecer aos estudantes uma formação cultural sólida e ampla, quadros teóricos e analíticos gerais, uma visão global do mundo e das suas transformações de modo a desenvolver neles o espírito crítico, a criatividade, a disponibilidade para a inovação, a ambição pessoal, a atitude positiva perante o trabalho árduo e em equipa, e a capacidade de negociação que os preparem para enfrentar com êxito as exigências cada vez mais sofisticadas do processo produtivo.» [24]

O assistente social só poderá, na sua actuação, promover a cidadania se ele próprio tiver um posicionamento de actor social, se ele próprio fôr cidadão. Ele é cidadão enquanto sujeito fortemente informado sobre questões políticas, da actualidade e técnicas; que faz uso da sua criticidade e que participa na conduta da vida social.

---

[22] João Freire, *op. cit*, p. 333.
[23] Boaventura Sousa Santos, *op. cit.*, p. 172.
[24] *Ibidem.*

Como cidadão é-lhe "exigida" uma eficácia política e técnica que se desdobra no nível de informação e na possibilidade de se exprimir de modo adequado e também de influenciar. É assim que a cidadania experenciada enquanto sujeito social, repassa para a sua prática social e para os sujeitos-alvo do seu agir profissional.

Assim, destacam-se como dimensões determinantes de uma actuação promotora de cidadania, não só a autonomia profissional, mas também a cultura profissional e o capital cultural-ideológico.

a) — *Cultura Profissional*

Relativamente à cultura profissional consideramo-la enquanto conjunto de valores, normas e representações que orientam a sua intervenção, sendo constituída pelos padrões cognitivo-científicos e deontológicos. O primeiro é composto pelos conhecimentos teóricos e capacidades técnicas e o segundo pelos princípios éticos orientadores da sua intervenção ou seja, os padrões morais, de valores e normas da profissão.

Em termos de padrão cognitivo-científico esta cultura profissional consubstancia-se numa sólida formação académica de base que, segundo Iamamoto deve ter «...sólido suporte teórico-metodológico...uma preparação no campo da investigação.. e uma experiência prática consistente e diversificada...» [25]. Consideramos que a mudança curricular a que foi sujeito o curso de Serviço social (passagem a licenciatura — ano lectivo 1989/90) constituiu um passo em frente no sentido de proporcionar esta formação académica de base sólida. É igualmente importante a formação ao longo da vida (acções de formação, cursos de pós-graduação, mestrados, formações noutras áreas, etc), traduzindo-se num aumento de conhecimento e na utilização deste por forma a desenvolver uma intervenção mais eficaz; um conhecimento aprofundado e alargado que constitua uma significativa fonte de poder.

Consideramos ainda como elemento importante a antiguidade profissional, não porque os anos de exercício da profissão, só por si, possam constituir elemento de qualificação do agir profissional, mas uma antiguidade (com maior ou menor número de anos de exercício da profissão) que permita ao profissional "experimentar-se" a si mesmo na actuação, relativamente ao corolário dos seus conhecimentos e valores profissionais; aprendendo com os erros e sucessos; corrigindo desvios e alterando trajectórias a essa intencionalidade que está na busca do seu projecto profissional. Isto é, uma antiguidade que só produz saber se estiver embuída duma

[25] Marilda Villela Iamamoto, *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social* — Ensaios Críticos, S. Paulo, Cortez Editora, 1991. p. 164.

reflexividade constante da prática. Estes profissionais devem ter subjacente que a relação entre teoria e prática corresponde a uma associação entre ambas, possibilitando-lhes exprimirem-se de modo adequado e técnico na actuação, aumentando a sua capacidade de influência face aos outros profissionais e à sociedade em geral. Por outro lado é urgente conceber uma cultura profissional em que exista uma pluralidade de papéis profissionais, isto é, o Serviço Social não se restringe actualmente apenas a um papel (intervenção); ele acompanha o percurso das profissões no âmbito das ciências sociais, podendo optar-se pela pesquisa, formação, etc...

Quanto à concepção do grau de autonomia o profissional deve concebê-la como resultado de competências específicas. Se ele é actor, a autonomia não é resultado de algo exterior ao profissional, depende do uso que ele faz dos "seus saberes". Não existe sobredeterminação da Instituição ou da sociedade. Na sua actuação o profissional analisa os problemas sociais tendo subjacente a estes as teorias sociais. Estas constituirão um suporte técnico e teórico para a intervenção. O assistente social pode reformular e construir ainda a teoria explicativa dos problemas sociais a partir da sua actuação. A relação que se estabelece entre problemas sociais e teorias sociais permite adquirir sólida preparação teórica e metodológica, possibilitando a capacidade de construir e manusear conhecimentos operatórios e de enfrentar com destreza, flexibilidade, criatividade e competência uma diversidade de solicitações profissionais.

No que respeita aos padrões deontológicos inerentes à cultura profissional, o assistente social deve exprimir as preocupações deontológicas que aliem a qualidade teórica à capacidade técnica e à responsabilidade social. O profissional deve estar consciente que a sua actuação tem inerente uma responsabilidade para com a sociedade. A sua acção é socialmente responsável pelo desenvolvimento/direccionamento da vida dos sujeitos-objecto do seu agir profissional.

É exigido ao profissional que atribua a si próprio e não a outros o principal encargo de construir/definir o seu exercício profissional. A profissão é encarada não como trabalho condição de vida, mas como trabalho realização, com tónica na qualidade de vida e na realização pessoal

b) — *Capital Cultural-Ideológico*

Capital cultural-ideológico define-se enquanto posicionamento de actor social, consubstanciado nos valores societais, pessoais e nos bens culturais adquiridos. Consideramo-lo composto pela participação social e política e pelo sistema de valores pessoais e societais, consumos culturais cultivados e contextos de opinião.

A participação social caracteriza-se pela pertença a associações (culturais, desportivas, religiosa, políticas, etc...), e pelo seu envolvimento nestas. A participação

política diz respeito ao uso que faz do direito de voto e pela pertença a movimentos, partidos ou órgãos políticos. Em suma, estes são instrumentos por excelência no exercício da cidadania.

O sistema de valores engloba os pessoais e os societais. Os pessoais incluem as identidades (formas de pensar e conceber a vida) e as orientações pessoais. Quais são os grupos e contextos com os quais os actores sociais se identificam, aos quais sentem pertencer? As referências identitárias polarizam-se habitualmente em referências micro e macro. Embora as referências culturais actuais sejam complexas, consideramos que o ideal-tipo de profissional deverá na sua matriz valorativa orientar-se para identidades (formas de pensar e conceber a vida) que realcem os laços sociais colectivos, ou seja, identidades mais globalizantes. Deverá ainda "fugir" ao excesso de narcisismo e materialismo (orientações pessoais autocentradas) que tanto caracterizam a modernidade, optando por orientações pessoais mais sócio-centradas (conviviais e activistas). Como diz Touraine «os que consomem a sociedade em vez de a produzir e transformar são submetidos aos que dirigem a economia, política e informação. A linguagem das propagandas e das publicidades tende a ocultar constantemente este conflito central e a impôr a ideia de que a organização da sociedade responde a "necessidades", quando é esta organização que constrói necessidades que não são artificiais, é certo, mas que estão conformes aos interesses do poder» [26].

Em relação aos valores societais são constituídos pela concepção de democracia, pelo posicionamento dos indivíduos face às instituições e pelos valores em relação ao progresso e civilização. Embora a democracia seja uma "velha conquista" das sociedades ocidentais, constata-se actualmente uma exigência de revitalização da mesma, ou seja, preconiza-se uma maior participação dos cidadãos na vida política, deixando a democracia de ser apenas representativa (mero uso do voto), para ser também participativa. Esta consiste «na igualdade de todos os cidadãos na determinação dos assuntos públicos, concretizando-se na participação de cidadãos diferentes em condições de igualdade na eleição dos representantes das instituições políticas».[27] A participação dos cidadãos subjacente ao modelo democrático-participativo poder-se-ia definir como o direito e o dever que têm todos os cidadãos, tanto a nível individual como colectivo, de tomar parte de forma directa e activa nos processos de tomada de decisão que afectam o desenvolvimento do bem-estar social. Isto destrona um posicionamento derrotista, paralelo ou de descrédito total

[26] Alain Touraine, *Crítica da Modernidade*, Lisboa, Instituto Piaget, 1994. p. 277.

[27] Anna Abellà, «La participacion ciudadana: un camino a medio recorrer» in *Revista del trabail social*, R.T.S,.n.° 134, Juny 1994, pp. 29-30.

do indivíduo face às instituiçõs em geral; posicionando-se de forma construtiva/activista. No que concerne ao Estado defende uma simbiose entre Estado interventor/iniciativas da sociedade.

Destinguem-se assim, diversos níveis de participação: A informação é um instrumento que possibilita a igualdade de oportunidades para os cidadãos de concederem tudo aquilo a que têm direito; a liberdade para poderem tomar decisões (uma maior informação permite tomar melhor as decisões) é o primeiro e principal instrumento que facilita aos cidadãos exercer os seus direitos e ter acesso ao conjunto de recursos e actividades; a Consulta: o indivíduo tem a possibilidade de lhe ser solicitada opinião e a Decisão/Acção: o indivíduo, activa e directamente, gere e participa na avaliação e no controlo de tomada de decisões. Relativamente aos valores civilizacionais defendidos destacam-se os pós-materialistas, os únicos capazes de promover a cidadania emancipatória que assumimos.

No contexto da actuação promotora de cidadania, assume também importância o interesse pela aquisição de informação geral e específica (técnica) e a frequência de eventos culturais, ou seja, consumos culturais cultivados. Numa sociedade pós-moderna, em que a nova fonte de poder residirá no saber, é perceptível a importância da dimensão que temos vindo a delinear, o capital cultural-ideológico.

c) — *Autonomia Profissional*

Autonomia segundo Philippe Bernoux [28] é entendida enquanto liberdade relativa dos profissionais dentro da instituição. Consideramo-la dividida em autonomia administrativa e especialista ou técnica. A autonomia administrativa diz respeito à posição hierárquica que o profissional ocupa na organização, assim como aos recursos e meios postos à sua disposição.

A autonomia especialista ou técnica refere-se ao conhecimento, ao saber técnico e ao saber especializado. É composta pela competência profissional, intencionalidade da acção e comunicação. Ao nível da competência profissional consideramos importantes o conhecimento e a experiência para a resolução de problemas; a capacidade de negociação com os outros profissionais e com a organização; a capacidade de elaborar estratégias e de construir e definir o seu objecto de intervenção, enquadrando-o no contexto da sociedade global e das políticas sociais sectoriais.

A comunicação refere-se à capacidade de gerir e de utilizar os canais de comunicação existentes; de aceder a toda a informação existente na organização e de

[28] Philipe Bernoux, La Sociologie des Organizations, Paris Seuil, 1985.

transmitir as suas ideias de uma forma clara e assertiva. Só dando um significado à sua actuação, gerindo o risco e as potencialidades, isto é, conferindo-lhe uma intencionalidade, é que o profissional poderá recusar as atitudes assistencialistas, assumindo-se um interventor social qualificado.

3 — "ACTUAÇÃO PROMOTORA DE CIDADANIA" DOS SÓCIOS DA A.P.S.S. QUE TRABALHAM NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Face ao ideal tipo de actuação promotora de cidadania é nosso objectivo descrever a cultura profissional, o capital cultural e ideológico e autonomia profissional dos Assistentes Sociais pertencentes à base de sondagem utilizada: Listagem dos profissionais sócios da A.P.S.S. que trabalham na área metropolitana de Lisboa. A estratégia metodológica insere-se num estudo não experimental descritivo. A um universo de 288 unidades foi aplicado a fórmula estatística de estimativa para populações finitas, resultando uma amostra de 137 unidades, as quais foram selecionadas aliatóriamente.O instrumento de pesquisa eleito foi o inquérito. No final conseguiram-se realizar 74 inquéritos a profissionais de idades e sectores de actuação diversos. As idades variam desde os 28 anos até aos 64 anos, no entanto importa referir que a média de idades era de 43 anos. Isto é a maioria já tinha uma vasta experiência profissional. Os profissionais inquiridos trabalham predominantemente em IPSS/Associações/Igreja — 21 (28%), Hospitais/Centros de Saúde — 18 (24%), organismos do estado (Departamentos da Segurança social) 14 (19%), autarquias 14 (19%), empresas 5(7%) e instituições de ensino e formação 1(1%) e outros com 1(1%). Não foram consideradas hipóteses pelo facto de todas as varáveis do modelo serem importantes e influirem na promoção da cidadania, não importa saber quem promove mais a cidadania mas tão só aproximar o modelo da realidade, de modo a descrever a cultura profissional, o capital cultual e ideológico e autonomia profissional.

CULTURA PROFISSIONAL

Em relação às varíaveis que compõem os padrões cognitivos e deontológicos inerentes à cultura profissional dos inquiridos foi constatado o seguinte: quanto à formação ao longo da vida, verifica-se que relativamente à frequência de acções de formação, a maioria 71 (96%) dos inquiridos responde que habitualmente participa em acções de formação, somente 3(4%) responderam que não. Em relação ao

número de acções de formação frequentadas nos últimos dois anos, 50 inquiridos responderam afirmativamente. Destes, 31 (42%) frequentaram nos últimos dois anos 1-3 acções de formação; 16 (22%) frequentaram 4-7 acções de formação; 3(4%) frequentaram 8-10 acções de formação. Existe ainda um número significativo de não respostas, 24 (32%) profissionais; o que resultará talvez do facto da pergunta exigir, por vezes, consulta de documentação. A duração das acções de formação, é prodominantemente de curta duração, 1-3 dias para 54 (73%) dos inquiridos e 4-7 dias para 11 (15%), sendo irrelevante o número de profissionais que frequenta acções de formação de longa duração 4(5%) de 1 mês a 6 meses e 5(7%) não responderam. Este facto é talvez revelador de uma formação ao longo da vida pouco consistente, uma vez que a informação recebida neste período de tempo não poderá ser muito profunda.

Os temas das acções de formação são diversos, estando em primeiro lugar, a toxicodependência, a exclusão social, política social entre outros. Associando os temas à duração das acções de formação talvez possamos questionarmo-nos, se a formação ao longo da vida destes profissionais não será marcada mais por informação generalista; não se verificando tendências de aprofundamento e escolha de temas mais específicos. A tendência que se verifica na actual gestão das organizações, de aposta numa política de recursos humanos, onde a formação contínua dos quadros técnicos é uma opção, não se encontra ainda fortemente implantada nas organizações de intervenção social.

Sistematizar a informação recebida, após as acções de formação, é indicador do nível de aquisição e reflexão do conhecimento adquirido; implicando a comunicação escrita e a sua divulgação, também através dos canais formais da organização. Os profissionais estão conscientes da importância destes aspectos, por isso quando questionados se têm por hábito, no espaço institucional, sistematizar a informação recebida nas acções de formação, 51 (69%) afirmam fazê-lo e 21 (28%) respondem negativamente. Quanto à transmissão da informação sistematizada, 54 (73%) inquiridos afirmam realizá-lo e 18 (24%) referem que não, 2(3%) não responderam. Quando questionados sobre quem tem a iniciativa da sistematização da informação recebida nas acções de formação 36 (49%) referiram fazê-lo por sua própria iniciativa, 18 (24%) não respondem, 12 (16%) pelos superiores hierarquicos e 8(10%) pelos colegas. Quanto a transmitirem a informação recebida nas acções de formação, verifica-se que 54 (73%) dos inquiridos respondem afirmativamente e 20 (27%) que não. Embora esta informação seja maioritariamente transmitida oralmente (40% das respostas) e informalmente (21% das respostas). Somente 15% das respostas obtidas indicam transmitir a informação por escrito. Apesar dos profissionais considerarem sistematizar a informação, não o fazem de facto, uma vez que este processo só é alcançado quando é escrito e veiculado institucionalmente.

Relativamente a outra formação superior, 20 (27%) profissionais referem possuir outra formação superior. 50 (68%) não possuem outra formação superior e 4(5%) não respondem. A situação da maioria dos assistentes sociais inquiridos contrasta novamente com a tendência da sociedade actual, que torna comum a obtenção de outros graus académicos para além da licenciatura, nomeadamente a pós-graduação e mestrados. Os 20 profissionais que dizem ter outra formação superior superior, esta é na sua maioria relativa a outra Licenciatura 14 (19%).

No que diz respeito à antiguidade profissional — 21 (28%) — iniciaram a sua actividade entre 1980-84, 17 (23%) iniciaram entre 1970-74, 12 (17%) iniciaram entre 1975-1979, 8 (10%) iniciam entre 1990-95, 7 (10%) iniciaram entre 1985-89, 6 (8%) iniciaram entre 1965-69, e 3 (4%) iniciaram em 1960-64. Para 67 (91%) dos inquiridos a antiguidade profissional é um factor determinante para aumentar a capacidade de reflexão crítica e sistematização da sua prática. Somente 4 (5%) dos profissionais responderam que a antiguidade é um factor para ascender na categoria profissional. Da correlação estabelecida entre a concepção de antiguidade profissional e Instituições onde trabalham os profissionais inquiridos, constata-se que a Instituição não influi na concepção de antiguidade profissional. A concepção de antiguidade enquanto modo de aumentar a capacidade de reflexão crítica e sistematização da sua prática adquire maior importância, do que ascender na categoria profissional ou adquirir prestígio profissional e institucional.

No que concerne à relação entre teoria e prática a maioria, 68 (92%) inquiridos, concebe a relação entre ambas. Somente 3 (4%) dão primazia à prática e 3 (4%) referem que a teoria comanda as opções da prática. Perante a questão quais as referências teóricas em que se baseia, 34 (46%) inquiridos não souberam responder à pergunta, 30 (41%) não responderam e só 10 (14%) inquiridos souberam responder. Dos profissionais que não souberam responder incluíam-se indicações incorrectas de modelos teóricos, respostas que não se referiam à questão, indicações de nomes de artigos. Os autores mencionados na questão relativa às referências teóricas subjacentes à intervenção do profissional, os autores de Serviço Social constituíram 44% das respostas, 19% das respostas indicaram autores de Psicologia e 5% das respostas referiram autores de Sociologia. Embora estas percentagens não tenham muito significado, pois ao se identificar os autores verificámos que a maioria não eram actuais, leva-nos a supôr uma falta de suporte teórico actualizado o que poderá impossibilitar a adequação da intervenção à "nova" explicação dos fenómenos sociais; porque se estes não são homeostáticos também o não são as teorias sociais.

Quanto aos papéis profissionais concebíveis a maioria das respostas (45%) concebe o Serviço Social como intervenção-investigação; 18% como profissão liberal; como intervenção 17%; como investigação 13% das respostas. Em termos de concepção, os profissionais concebem uma pluralidade de papéis profissionais.

Em relação ao modo como concebe as relações entre problemas sociais e teorias sociais, 52 (78%) dos inquiridos afirmam que as teorias constituem instrumentos de reformulação da intervenção social, 8(11%) responderam que os problemas sociais não se compadecem com teorias e 8(11%) que as teorias sociais permitem clarificar os problemas sociais.

Em relação à concepção do grau de autonomia, 47% das respostas evidenciam o grau de autonomia como condição e resultado de competências específicas; o grau de autonomia é considerado resultado do âmbito institucional em 31% das respostas e 10% indicam que a autonomia é resultado do poder hierárquico. A opinião dos profissionais quanto à concepção do grau de autonomia encontra-se dividida em dois campos, uma que sublinha que esta é "conquista" do saber-fazer dos profissionais e outra que considera ser concedida pelas instituições e pelos superiores hierárquicos

Quanto às preocupações deontológicas para 32 (43%) dos inquiridos a sua principal preocupação deontológica em relação à profissão é aliar a informação teórica à capacidade de realização prática, 15 (20%) referem como preocupação deontológica pensar nos problemas dos seus clientes e resolvê-los rapidamente, 12 (16%) consideram a resolução dos problemas sociais em função da sua responsabilidade social o mais pertinente deontologicamente, e 12 (16%) apontam como principal preocupação deontológica aumentar os conhecimentos em função da responsabilidade social. Quanto ao grupo que refere ser sua preocupação deontológica aliar a teoria à prática, poderemos apontar como possível explicação que a simbiose teoria-prática é algo não conseguido na actuação dos profissionais; ou seja, afirmam que a teoria deve ser aliada à prática, mas esta aliança não é conseguida. Os que referem preocupar-se com a resolução rápida dos problemas dos seus clientes, aproximar-se-ão de uma visão imediatista da actuação profissional. Se aliarmos a terceira e quarta preocupações referidas temos ainda um número considerável de profissionais — 1/3 (24 — 32%) que se enquadra no que consideramos ser a definição actual de serviço social em função da responsabilidade social.

Da correlação estabelecida entre as teorias sociais/problemas sociais e as principais preocupações deontológicas dos inquiridos reforça a característica que temos vindo a constatar, o facto de atribuirem importância à simbiose teoria-prática, não a conseguindo operacionalizar. 58 inquiridos concebem as teorias sociais como instrumento de reformulação da intervenção social, destes, 29 têm como principal preocupação deontológica relativamente à profissão o aliar a informação teórica à capacidade de realização prática; 9 optam deontologicamente por pensar nos problemas dos clientes e resolvê-los rapidamente; 10 optam deontologicamente por resolver os problemas sociais em função da sua responsabilidade social e 9 optam por aumentar os conhecimentos teóricos em função da sua responsabilidade social.

Os problemas sociais não se compadecem com teorias sociais para 8 dos inquiridos; destes, 4 têm como principal preocupação deontológica pensar nos problemas dos seus clientes e resolvê-los rapidamente.

Relativamente à identificação com a profissão, temos a escolha do curso de serviço social, como 1.ª opção para 47 (64%) dos profissionais. No entanto 26 (35%) inquiridos responderam que o curso serviço social não foi a sua primeira preferência. Das razões para a escolha de um curso a que tem mais importância é a realização pessoal através do trabalho para 63% das respostas; adquirir conhecimento e preparação para uma intervenção mais informada na vida social com 49% das respostas; adquirir conhecimento, completar a formação e desenvolver as potencialidades pessoais com 45 % das respostas. Os valores obtidos estão de acordo com as dinâmicas sociais e os valores relativos ao trabalho das sociedades actuais, ou seja, a passagem do trabalho condição de vida, para o trabalho instrumento e realização pessoal., "com tónica na qualidade de vida e na realização pessoal na esfera privada".[29]

A quem se atribui o principal encargo de construir/definir os papéis profissionais, a maioria dos profissionais afirma ser da sua responsabilidade o encargo de construir e definir os papéis profissionais, 65 (88%).

Em suma, em relação à dimensão Cultura profissional dos inquiridos salienta-se a contradição presente na relação quadro teórico-intervenção; revelando-se uma ambivalência entre as opções conceptuais dos profissionais e a realidade operativa da sua actuação. Embora defendam opiniões que associam estes dois elementos, não demonstram aliar a teoria à prática. É então possível falar-se em cultura de associação na forma como os profissionais concebem a relação teoria e prática e no seu oposto, isto é numa cultura de dissociação quando passamos à visualização de tal relação. A cultura de associação entre teoria e prática é notória no facto da maioria dos inquiridos conceber a antiguidade profissional como factor determinante para aumentar a capacidade de reflexão crítica e sistematização da prática; a relação entre a teoria e prática como associação entre ambas; a relação entre as teorias sociais e problemas sociais como reformulação e tecnicidade operatória. Quanto à cultura de dissociação é constatada: numa formação ao longo da vida pouco consistente dado que, apesar da maioria dos inquiridos referir frequentar acções de formação, fazem-no de forma pouco regular, estas são na sua maioria de curta duração. Outro factor importante é a sistematização da informação recebida, que é realizada na sua

[29] João Ferreira de Almeida, Portugal — *Os Próximos 20 Anos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990 pp. 94-95.

maioria informalmente revelando uma apropriação pouco aprofundada desta informação; no facto da a maioria dos inquiridos não saber definir as referências teóricas em que se baseiam e de não responderem à questão; na principal preocupação deontológica face à profissão centrar-se na sua maioria no aliar a informação teórica à realização prática, assim como na resolução rápida dos problemas dos seus clientes, sendo revelador de uma simbiose teoria/prática, não conseguida. É visível ainda na cultura profissional dos inquiridos: uma concepção de pluralidade de papéis para o serviço social; uma concepção do grau de autonomia dividida entre autonomia como resultado de competências específicas e autonomia como resultado do âmbito institucional; é de referir ainda que os profissionais atribuem a si próprios o principal encargo de definir o seu papel profissional; e identificam-se com a profissão enquanto instrumento e realização pessoal.

CAPITAL CULTURAL — IDEOLÓGICO

Em relação às variáveis que compõem a participação social e política, o sistema de valores pessoais e societais, os consumos culturais cultivados e os contextos de opinião temos, em relação ao primeiro, que a maioria dos profissionais nunca pertenceu ou pertence a associações. A percentagem mais elevada é a da associação sindical, à qual pertencem 32 inquiridos, 10 já pertenceram. A associações culturais pertencem 25 inquiridos e já pertenceram 9; às desportivas pertencem 21 inquiridos, já pertenceram 13; a associações religiosas pertencem 15 e já pertenceram 19; 19 inquiridos pertencem a outros tipos de associações, nomedamente de solidariedade social, de apoio à educação, associações de bairro e de apoio à saúde.

Em relação ao activismo, 20 (27%) inquiridos referem participar nas associações a que pertencem. A maioria, 48 (65%) não participa. Os que participam dedicam mensalmente à associação a que pertence até 10h e de 11-20h, incluindo-se na prestação de trabalho técnico (40% das respostas), participação nas actividades culturais (30% das respostas) e acções de formação (13% das respostas) organizadas pela associação e pertença aos orgãos directivos (17% das respostas). Os dados obtidos em relação à participação contextualizam-se na sociedade portuguesa e portanto, seguem as tendências que se verificam nesta. Braga da Cruz [30] refere que se tem verificado um declínio da participação social, para o qual o individualismo e hedonismo (presentes na modernidade) têm contribuido. Por outro lado, refere ainda constatar-se que os valores predominantes na sociedade portuguesa incitam

[30] Manuel Braga da Cruz, «A Participação Social e Política» in *Portugal Hoje*, Maia, INA, 1995, p. 353.

pouco à participação social, uma vez que a adopção de valores pós-materialistas entre nós é menor do que noutros países da Europa.

Em relação à participação eleitoral e institucional, quase todos os profissionais afirmam fazer regularmente uso do voto — 69 (93%). No entanto a participação institucional dos inquiridos é quase nula, uma vez que somente 5(7%) profissionais pertencem a orgãos, partidos ou movimentos políticos, o que demonstra baixos níveis de participação política por parte dos assistentes sociais inquiridos. Em relação às identidade, formas de ver e conceber a vida, as identidades classistas revelam uma forte relação dos profissionais aos círculos restritos de relações sociais quotidianas (50%). A percentagem de respostas referentes às identidades globalistas também são significativas (37% das respostas). As identidades localistas são valores com pouca expressão — 13% das respostas. Ao nível do quadro valorativo-cognitivo dos profissionais constata-se uma coexistência de identidades micro e macro; tendência que se verifica na sociedade portuguesa.[31]

Nas orientações pessoais destacam-se as sócio-centradas, 52 (70%) dos profissionais. 19 (26%) inquiridos identificam-se por orientações auto-centradas, neste âmbito adquirem maior importância as sócio-centradas activistas. Somente 48 (65%) optam por orientações sócio-centradas/activista; 22 (23%) inquiridos optam por orientações sócio-centradas/convivial e com menor destaque para as auto-centradas/narcisistas 3(4%). A análise do sistema de valores societais e no que se refere à concepção da democracia, verifica-se que a maioria dos inquiridos, 65 (88%) possuem uma concepção participativa da democracia, 6(8%) dos inquiridos possuem uma concepção representativa, verificando-se que 3(4%) inquiridos não responderam.

Relativamente ao posicionamento dos inquiridos face às instituições em geral, observou-se que confrontados com um posicionamento construtivo/activista — visão positiva do papel institucional na sociedade e possibilidade do indivíduo contribuir para a estruturação institucional — a grande maioria das respostas (91%) revelam este posicionamento. Relativamente ao posicionamento derrotista — supremacia da instituição; o indivíduo não tem qualquer influência no decurso da estrutura institucional, as respostas indicam uma elevada discordância (84%). No que concerne ao posicionamento paralelo — aproveitamento das instituições para âmbito pessoal, indivíduo à margem das instituições; constata-se que 50% das respostas apresentam esta perspectiva. No que se refere ao posicionamento de descrédito total das estruturas institucionais — supremacia da livre iniciativa; individualismo acentuado; 73% das respostas indicam discordância com esta visão. Quanto

[31] C.f. João Ferreira de Almeida *op. cit.*, p. 115.

ao posicionamento dos indivíduos face à intervenção do Estado, 66% das respostas posicionam-se na óptica de um Estado 100% interventor, embora seja relevante a percentagem de respostas que discordam, 34%. Em relação ao Estado liberal, 51% das respostas vai no sentido da concordância enquanto 50% discordam; a grande maioria situa—se no posicionamento simbiose Estado/Sociedade — 86%. A concordância elevada face ao posicionamento construtivo-activista e a discordância igualmente elevada em relação ao posicionamento derrotista e de descrédito total, remetem-nos para uma visão em que a sociedade civil poderá e deverá ter um papel importante na construção e desenvolvimento das instituições; contrastando com a % de respostas que afirma concordar com um posicionamento paralelo face às instituições, realçando a perspectiva utilitária do indivíduo face às instituições. Como podemos interpretar este posicionamento? Talvez possamos encontrar a resposta no «estadualismo» [32] e «paternalismo» [33] ainda presentes na sociedade portuguesa (herança das várias décadas de autoritarismo) e que Braga da Cruz refere como «factores bloqueadores do desenvolvimento do civismo indispensável à participação social e democrática.[34] Confrontados com valores materialistas e pós-materialistas, a maioria das respostas (57%) incidia nos valores pós-materialistas sendo irrelevante a percentagem de respostas (43%) que se identificam com valores materialistas. Os valores pós- materialistas predominantes são: a sociedade menos impessoal (14% das respostas) e enfatizar a solidariedade primária/secundária (14% das respostas). Quanto aos valores materialistas os predominantes são: economia estável (9% das respostas) e diminiução do crime (6% das respostas). À semelhança das identidades também aqui se verifica uma tendência para a coexistência de dois tipos de valores. O interesse e aquisição de informação geral e específica, em relação à compra de livros é dominante a percentagem de inquiridos que diz efectuá-lo regularmente, 67(91%). Em relação à quantidade de livros que compram por ano, 31 (42%) afirmam adquirirem entre 6 a 12 livros por ano. O género de livros predominam são os livros de lazer (32%), seguidos de publicações das ciências sociais (31%). A área do serviço social é leitura privilegiada por 20% dos inquiridos. 72% são assinantes de publicações periódicas, enquanto 28% não. Ao se analisar o tipo de publicações de que os profissionais são assinantes constata-se que 34% das respostas privilegia a área de serviço social. É notório o interesse por temas da sua área de intervenção (21% das respostas). Com 20% das respostas situam-se as publicações de informação. Ao se aprofundar os livros e autores que os inquiridos se

[32] Manuel Braga da Cruz, *op.cit.*, p. 353.
[33] *Ibidem.*
[34] *Ibidem.*

encontravam a ler no período de aplicação do inquérito (Julho 95) verificou-se que 30 inquiridos (41%) se encontrava a ler 1 livro, 19 (28%) profissionais encontravam-se a ler 2 livros e 5 (7%) nenhum livro. 45% dos livros referenciados situam-se dentro da ficção literária. Constata-se não serem privilegiadas as leituras científico-técnicas. Questionados quanto à leitura de jornais 73 (99%) profissionais afirmaram realizá-lo. Relativamente à frequência com que leêm jornais 41 inquiridos (55%) dizem que o efectuam 1-2 vezes por semana; 32 inquridos (43%) refere que leêm quase todos os dias. Quanto ao número de horas que os inquiridos dedicam a ver televisão por semana verifica-se que a maioria 40 (54%) vê menos de 10h. Os programas preferidos incidem sobre informação (23% das respostas), actualidades (18% das respostas) e filmes (17%). Os eventos culturais escolhidos 31% incidem sobre exposições; 26,4 sobre cinema e 17% sobre concertos. Relativamente à participação em eventos culturais no ultimo sementre 56 (76%) pessoas participaram, 16 (20%) não participaram. Os meios que contribuem para a formação de opinião dos inquiridos incidem em dois polos: os mass media (jornais apresentam 22% respostas, a televisão 20%); a rede primária (amigos e colegas com 19% das respostas e a familia com 11%). Quanto aos meios onde emite opinião o local de trabalho surge como local privilegiado com 31% das respostas; seguindo-se a rede primária (entre amigos 30% e entre familiares 24%).

Resumindo, em relação à dimensão capital cultural-ideológico, os profissionais inquiridos realçam relativamente à participação social e política, níveis baixos de participação;visíveis no baixo associativismo e no quase inexistente activismo (envolvimento na associação).A participação institucional é também praticamente nula. Os inquiridos não pertencem a órgãos, partidos ou movimentos políticos. O sistema de valores é por sua vez, marcado pela coexistência de duas tendências: em relação às identidades — entre micro e macro — e em relação aos valores de progresso e civilização — entre materialistas e pós-materialistas. Os inquiridos revelam maioritariamente, orientações pessoais sócio-centradas e uma concepção participativa da democracia. Relativamente ao posicionamento do indivíduo face às instituições em geral, a maioria dos inquiridos tem um posicionamento construtivo/activista. Quanto ao posicionamento face ao Estado, a maioria revela um posicionamento de simbiose entre estado interventor-sociedade. No que se refere aos consumos culturais cultivados, os dados obtidos evidenciam um consumo regular de informação geral, notando-se uma lacuna no que diz respeito ao consumo de informação científico-técnica. Este facto vem confirmar a afirmação atrás mencionada relativamente à existência de uma cultura de dissociação entre a concepção teórica e a prática dos inquiridos.

AUTONOMIA PROFISSIONAL

Em relação às variáveis que compõem a autonomia administrativa especialista ou técnica em relação às funções exercídas na instituição, a maior parte dos inquiridos situa-se na gestão operacional 44 (59%), situam-se na gestão intermédia 24 (32%) e 7 (9%) na gestão de topo. A categoria profissional dos inquiridos, 24 (32%) profissionais são técnicos superiores de serviço social principal; 20 (27%) profissionais são técnicos superiores de 1.ª classe e 15 (20%) são técnicos superiores de serviço social de 2.ª classe e 3 (4%) inquiridos são assessores. Relativamente à autonomia para desenvolver o que planeia, a maioria dos inquiridos — 40 (54%) responde "às vezes"; 25 (34%) consideram ter autonomia e somente 7 (10%) consideram não ter autonomia.

Quanto aos recursos e meios à sua disposição, 46 (62%) afirmam possuir recursos e meios disponíveis para a sua intervenção; contudo 26 (35%) profissionais respondem que não. Os inquiridos que afirmam não possuir recursos/meios para a intervenção que planeiam apresentam as seguintes propostas para resolver o problema: 51% das respostas incidem na exposição aos superiores hierárquicos da necessidade de maiores meios e recursos, 44% das respostas incidem sobre a procura de recursos em novos parceiros sociais fora do âmbito institucional, 5% das respostas incidem na opção referente à diminuição das despesas.

Em relação à competência profissional, ao inquirir os profissionais sobre quem constrói o seu objecto de intervenção, 41% das respostas revelam que é o assistente social que o realiza; 29% das respostas referem que é realizado institucionalmente e 19% das respostas evidenciam que o objecto de intervenção é construído por superiores hierárquicos. A construção do objecto de intervenção é um componente essencial para a competência profissional. Mediante este critério verificámos que: uma parte considerável dos inquiridos — 36(49%) não sabe delinear o objecto da sua intervenção. Facto explícito através de respostas como: "o utente", "a marginalidade", "área dos idosos", "a instituição como sistema aberto no qual existem e interagem vários subsistemas". 30 (41%) inquiridos sabem definir o objecto de intervenção, constituído pela população-alvo, inserido numa problemática no âmbito de determinada instituição. Constata-se que 8(10%) dos inquiridos também não responderam a esta questão. Da correlação entre Instituições onde trabalham e construção do objecto de intervenção verifica-se que os profissionais que não sabem responder ou não respondem pertencem maioritariamente a IPSS/Associações — 13 inquiridos; a Hospitais/centros de saúde — 12 inquiridos e a Autarquias — 10 inquiridos.

Quanto à eficácia das medidas de Política Social sectorial, os inquiridos 39(53%) consideram que estas têm eficácia parte das vezes; 19 (26%) são da opi-

nião que as políticas sociais são ineficazes. Somente 9 (12%) atribuem eficácia a estas medidas. Relativamente às respostas de alteração das medidas de política social, verifica-se que 31% das respostas propõem maior eficácia destas; incluem as seguintes medidas: Políticas sociais localizadas, heterogéneas, aumento das pensões sociais, assistência médica eficaz, avaliação e estudo das necessidades dos beneficiários da segurança social/ revisão das medidas de política social em conformidade. No ensino, igualdade de oportunidades, rede escolar pública, relação efectiva escola/comunidade, formação cultural e cívica dos professores, valorização remuneratória dos professores, redefinição da política para a juventude. Ainda, 22% das respostas refere o aumento de recursos materiais e humanos e maior qualificação, dos profissionais e 14% aponta a necessidade de alteração e efectivação da legislação.

Questionados quanto ao acesso à informação existente na instituição onde trabalham, verifica-se que 34 inquiridos respondem "às vezes", 29 afirmam ter acesso a toda a informação e 10 afirmam que não têm acesso. Relativamente à questão referente ao que o profissional considera mais importante para aceitarem as suas ideias no âmbito institucional, verificou-se que dos 63 inquiridos que responderam a esta questão, 24 optaram como menos importante "estar hierarquicamente numa posição superior". Dos 61 inquiridos que responderam à questão, 25 optaram como pouco importante "ter uma elevada categoria profissional". Dos 63 inquiridos que responderam à questão, 26 consideraram como sendo muito importante "ter capacidade de transmitir as suas ideias de forma clara e assertiva". Dos 61 inquiridos que responderam à questão, 19 consideraram pouco importante utilizar uma linguagem objectiva e conducente a uma representação mental do que se pretende" e o mesmo número de inquiridos consideraram-na relativamente importante. Dos 62 inquiridos que responderam à questão, 19 consideram relativamente importante "ser coerente no conteúdo mensagens que transmite".

Resumindo, quanto à dimensão autonomia, ao nível da competência profissional é flagrante a não definição do objecto de intervenção por parte dos inquiridos, quer por não o saberem definir, quer por não terem respondido à questão. Por outro lado, se desta competência fazem parte a aquisição de conhecimentos para a resolução de problemas, torna-se evidente a posição não privilegiada destes profissionais, patente na pouca consistência da formação ao longo da vida; no escasso consumo de informação especialista ou técnica e no facto de não saberem indicar as referências teóricas em que se baseiam na sua actuação. Os profissionais posicionam-se maioritariamente na gestão operacional, facto que poderá explicar considerarem que só por vezes possuem autonomia para desenvolverem o que planeiam. A maioria dos inquiridos possui recursos/meios para desenvolver a sua intervenção

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que nos situamos numa posição favorável enquanto profissão à trajectória da cidadania, delimitando para tal, como determinantes de uma actuação promotora de cidadania, a cultura profissional o capital cultural-ideológico e a autonomia profissional.

Estabelecendo comparação dos dados obtidos com o ideal tipo construído percepcionam-se tendências por vezes convergentes, por vezes divergentes em relação a este. Regra geral os profissionais inquiridos estão bem situados ao nível do sistema de disposições integrando representações e valores que segundo o ideal tipo contribuem para a actuação promotora de cidadania. O factor explicativo será talvez o de que as preferências ou o sistema de representações é também resultado de condições específicas de surgimento e reprodução. Ou seja, na sociedade actual torna-se cada vez mais insistente o alerta para a adopção de valores e comportamentos de nova cidadania aos quais os inquiridos não são indiferentes estando estes até mesmo numa situação privilegiada enquanto interventores sociais. Contudo verifica-se um distanciamento relativamente ao sistema de acção concreta. Constatamos que são positivamente valorizados representações, comportamentos e valores. Mas nos indicadores de acção concreta constata-se um afastamento em relação ao que essa valorização faria supôr. No entanto, se optarmos por conceber que estas preferências poderão a seu tempo materializar-se — na verdade o sistema de disposições intervém também na definição das estratégias e comportamentos dos actores- então este facto revela-se positivo para uma possível ou futura actuação promotora de cidadania. Por outro lado, se optarmos por conceber que « o essencial da experiência do mundo social (...) se opera na prática aquém do nível da representação e da expressão verbal» [35], então os inquiridos não se posicionam positivamente face à actuação promotora de cidadania.

BIBLIOGRAFIA

ABELLÁ, Anna; «La participacion Cuidadana: un Camino a Medio Recorrer» *Revista Del Trabail social,* n.º 134, Juny 1994, RTS, Barcelona, p. 29 e 30.

ALMEIDA, João F. de; PINTO, José M., *A Investigação nas Ciências Sociais,* 4.ª ed., Lisboa, Editorial Presença, Lda., 1990.

ALMEIDA, João F. de, «Democracia, Desigualdades, Valores», *Revista Crítica de Ciências Sociais,* n.º 32, Junho 1991, pp. 29-34.

[35] João Ferreira de Almeida, «Portugal — os Próximos, 20 Anos, Valores e Representações Sociais» in *Temas Actuais,* VIII Vol. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, pp. 1-2.

ALMEIDA, João Ferreira de; «Evoluções Recentes e Valores na Sociedade» in *Portugal Hoje,* Instituto Nacional de Administração, Fev. 1995, pp. 55 a 70.

ALMEIDA, João Ferreira de; «Portugal — os Próximos 20 Anos, Valores e Representações Sociais» in *Temas Actuais,* VIII Vol. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

ARAÚJO, Luís de, «Pós-modernidade: um desafio para a ética?», *Comunicação e Linguagem,* n.° 6/7, Março 1988, pp. 49-52.

BARBALET, J. M ., *A Cidadania,* Lisboa, Editorial Estampa, 1989.

BERNOUX, Philipe; *La Sociologie des Organizations,* Paris, Seuil, 1985.

BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico,* Lisboa, Difel, Difusão Editorial, 1989.

BRANCO, Francisco, «Crise do Estado Providência, Universalidade e Cidadania», *Serviço Social e Sociedade,* n.° 41, Ano XIV, Abril 1993, pp. 5-21.

CABRAL, Manuel Villaverde, «Portugal e a Europa: *Diferenças e Semelhanças»Análise Social,* Vol. XXVII, n.° 118-119, 1992, pp. 943-954.

CONEJO, B. Alfredo; Martins, Alcina M. C., *História do Serviço Social Português,* Departamento de Pós-Graduação do I.S.S.S., 1992.

COSTA, António Firmino da; «Cultura Profissional dos Sociólogos», *Sociologia Problemas e Práticas,* n.° 5, 1988, pp.107-124.

CRUZ, Manuel Braga da, «Europeísmo, Nacionalismo, Regionalismo», *Análise Social,* Vol. XXVII, n.° 118-119, 1992, pp. 827-853.

CRUZ, Manuel Braga da; «A Participação Social e Política» In *Portugal Hoje,* Instituto Nacional de Administração, Fevereiro 1995.

DRUCKER, Peter F.; *Sociedade Pós-capitalista,* Lisboa, Difusão cultural, Nov. 93.

DUMONT, Louis, *Ensaios Sobre o Individualismo, uma Perspectiva Antropológica Sobre a Ideologia Moderna,* 1.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992.

FALCÃO, Maria do Carmo, «Serviço Social na Modernidade», *Intervenção Social,* n.° 4, 1986, pp. 9-30.

FERNANDES, Ernesto; «Os Direitos Humanos e Práticas sociais — Uma Leitura Sócio-Histórica», *Do Serviço Social,* Associação dos Profissionais do Serviço Social, n.° especial, Abril 1995, pp. 17-23.

FREIRE, João, *Sociologia do Trabalho: Uma Introdução,* Biblioteca das ciências do homem, Porto Ed., Afrontamento, 1993.

FIGUEIREDO, Eurico; «Portugal — Os Próximos 20 Anos. Conflito de Gerações, conflito de Valores», in *Temas Actuais,* II Vol. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

GARCIA, Luis; CASTRO, José, «Os produtores de Opinião Pública: Entre o Grupo Profissional e o Grupo de Status», In *A.A.V.V., Estruturas Sociais e Desenvolvimento, Actas do II Congresso Português de Sociologia,* Vol. I, Lisboa Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, 1992.

GIDDENS, Anthony, *As Consequências da Modernidade,* 1.ª ed, Oeiras, Celta Editora, 1992.

GLIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin; *O Inquérito, Teoria e Prática,* Celta Editora, Oeiras 1992

GUEIROS, Maria José Galvão, *Serviço Social e Cidadania,* Rio de Janeiro, Agir, 1991.

IAMAMOTO, Marilda Villela, *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social — Ensaios Críticos,* S. Paulo, Cortez Editora, 1991.

LYOTARD, Jean François, *A Condição Pós Moderna,* Lisboa, Gradiva, (s.d.).

MOITA, Luis; «Deontologia do Serviço Social», *Compilação de declarações de Princípios e códigos deontológicos dos profissionais de Serviço Social,* Lisboa, Instituto Superior de Serviço Social, Cadeira de Filosofia e Deontologia do Serviço Social, 1995.

MOZZICAFREDO, Juan; «Cidadania e Estado Providência» in *AAVV, Actas do II Congresso Português de Sociologia,* Vol. II Lisboa, Editorial Framentos e Associação Portuguesa de Sociologia, 1992.

NEGREIROS, Maria Augusta; *As Representações Sociais da Profissão de Serviço Social Uma análise Empírica em Contexto Autarquico,* Colecção Investigar Agir, I.S.S.S., Lisboa 1995.

ROSSANVALLON, Pierre, *A Crise do Estado Providência,* Lisboa, Editorial Inquérito, Lda., (s.d).

ROSSANVALLON, Pierre; *La Nouvelle Question Social — Repenser L'Etat-Providence,* Paris Editions du Seuil, Janvier 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa, «Os Direitos Humanos na Pós-Modernidade», *Oficina do CES,* n.° 10, Coimbra, Junho 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *Um Discurso Sobre as Ciências,* 5.ª ed., Edições Afrontamento, 1991.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *O Estado e a Sociedade Em Portugal (1974-1988),* Porto, Ed. Afrontamento, Dez., 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade,* 2.ª ed., Porto, Ed. Afrontamento, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *Introdução a Uma Ciência Pós-Moderna,* 2.ª ed., Porto, Afrontamento, dez., 1990.

SPOSATI, Aldaiza, O., «Serviço Social em Tempos de Democracia», *Serviço Social e Sociedade,* n.° 39, pp. 5-30.

TOURAINE, Alain, *Crítica da Modernidade,* Lisboa, Instituto Piaget, 1994.

WEISSAUPT, Jean R., *As Funções Sócio-Institucionais do Serviço Social,* S. Paulo, 1985.